Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano VI nº 116
17/5/2001 a 31/5/2001
Contribuição R$ 1,50

APAGÃO NELE!

Já não basta o mar de lama da corrupção. Para pagar dívida pública e cumprir as "metas" do FMI, governo cortou investimentos no setor elétrico e ameaça deixar o país sem luz; crise e racionamento ameaçam 850 mil empregos. Mas para comprar deputados e abafar CPI não faltou dinheiro.

TODOS ÀS RUAS!

Em Salvador, estudantes e professores rebelam-se contra selvagem repressão da PM de ACM. Atos vão ocorrer em São Paulo, Rio de Janeiro. Operários vão parar fábricas em protesto contra ameaça de demissões e redução de salários. Movimento Popular e sem-terra também farão dias de luta. Fórum Nacional de Lutas convoca marcha a Brasília para 27 de junho.

Veja nesta edição os principais trechos da declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT) sobre a Alca

ESPAÇO ABERTO

Site pró-ACM é dele mesmo e forja apoio dos visitantes. Mostrando arrogância e incompetência, o senador Antonio Carlos Magalhães lança site "pró-ele mesmo" e engana visitantes, forçando-os à apóia-lo por meio de um truque técnico descoberto pelo Relatório Alfa. Pode parecer absurdo, mas Antonio Carlos Magalhães está afirmando aos quatro cantos que "o povo da Bahia lançou um site para me apoiar"... só que o Relatório Alfa descobriu que o site é do próprio Senador ACM. Mas os truques não param por aí. A coisa é bem pior. Ele também afirma que está recebendo milhares de e-mails de apoio. Isso é mentira. O site é uma arapuca tecnicamente montada para que o visitante envie uma mensagem de apoio quando clica em qualquer um dos itens da página, sem saber disso. Portanto, mesmo que um visitante não queira, acaba enviando uma mensagem para o Conselho de Ética do Senado, em defesa de ACM (a propósito, ele afirma ter recebido milhares de e-mails de apoio... claro). Construído em ASP, o site (www.ApoioAcm.com.br) pertence à TV Bahia, de propriedade do próprio senador, como prova o registro na FAPESP, que pode ser visto no link abaixo: http://registro.br/cgi-bin/nicbr/whois?qr=APOIOACM.COM.BR&stkey=5495980-1564455967 O mais gritante exemplo de falta de ética está no sistema de envio de mensagens do site, que emite mensagens para o Conselho de Ética do Senado sempre que alguém clica em um botão. Segundo o especialista Marcos Furlan, é muito fácil fazer o que ACM fez no site. Logo acima do texto há as seguintes frases: A Bahia apóia ACM. A Bahia está com ACM. Eu apóio ACM. Estamos com ACM. ACM é a voz da Bahia. Não calem a voz da Bahia. Um visitante desavisado, ao passar o mouse sobre essas frases e notar que é um link, simplesmente clica nele para ler os textos... tarde demais. O visitante acabou de enviar uma mensagem de apoio à ACM exatamente com aquela frase no título. Assim, dentro de alguns dias, ou semanas, o senador poderá dizer que recebeu "milhares" de mensagens de apoio, quando na verdade ele enganou o internauta e "forçou-o a enviar" a mensagem. Se o internauta achar que há algum erro na primeira tentativa, provavelmente clicará nos outros links para ver se há algum texto diferente... enviando outras cinco mensagens de apoio à ACM diretamente ao Conselho de Ética do Senado Federal! A informação sobre o real proprietário do site foi descoberta pelo webmaster de um site registrado por Paulo Eduardo Neves na Fapesp, chamado Fora ACM (http://www.ForaAcm.com.br). Esse site é o oposto do Apóio ACM, informando sobre o histórico do senador. O site Fora ACM possui um sistema que os visitantes podem usar para enviar uma mensagem (real) para o Conselho de Ética do Senado. Os visitantes também são instruídos sobre como podem escrever, de uma só vez, para todos os senadores. Ao contrário do site forjado, de apoio ao senador, este site Fora ACM não engana os internautas forçando-os a "votar sem saber". Você só envia uma mensagem contra o senador se desejar. O sistema montado pelo site "pró ACM" é um ardil tão primário, tão grotesco, que só prova o que todos já sabem: para 'Toninho Malvadeza", não há fronteiras entre a mentira e a verdade. Esperemos que o Conselho de Ética do Senado também o saiba.

Aldo Novak,
Relatório Alfa, boletim gratuito enviado por e-mail.
Visite o endereço oficial: http://www.relatorioalfa.com.br.

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br

Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

A Tarde

Policiais lançam bombas de gás lacrimogêneo contra estudantes durante protesto realizado em Salvador, no último dia 16, pela cassação de ACM

O QUE SE DISSE

"Parente confirma que apagões começarão em 1° de junho."
Manchete do *Globo on Line* sobre declaração do ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, referente aos cortes de energia elétrica.

"Tudo que saiu agora são hipóteses, especulações."
FHC após reunião da Comissão de Energia onde também estava presente Pedro Parente. Parece que o governo está meio perdido a respeito dessa crise. No *Globo On Line*, em 14/5/2001.

"O governo não é louco de trocar o arquivamento da CPI pela não-cassação de ACM."
Jutahy Jr., deputado federal e líder do PSDB na Câmara. Com certeza, louco o governo não é. É cínico mesmo e desse acordão, talvez não saibamos ainda nem a metade. Na revista *Época*, em 14/5/2001.

"É uma opção que ele está fazendo. Possivelmente, para ele, pessoas como Collor, ACM, Jader Barbalho e José Roberto Arruda, estejam mais qualificadas. Quem sabe, até a esta altura, prefira Lalau ao Lula."
Lula, em resposta a FHC que o chamou de leviano. No jornal *Folha de S. Paulo*, em 14/5/2001.

"O País vive momento bastante adverso."
Armírio Fraga, presidente do Banco Central. Só falta dizer por causa de quem... No portal *Estadao.com.br* em 14/5/2001.

"Houve seguramente uma falha de comunicação e coordenação entre as várias partes do governo."
E para arrematar, Pedro Malan, ministro da Fazenda, sobre a crise da energia elétrica. Um cara de pau profissional. Vai ver que o seu veto a um investimento de R$ 1 bilhão no setor também foi uma "falha de comunicação". Na *Folha On Line*, em 14/5/2001.

"Como eu havia dito, o ACM não queria a CPI coisa nenhuma."
Walter Pinheiro, deputado federal e líder do PT na Câmara dos Deputados, numa crítica indireta às ilusões (que duraram meses) da bancada parlamentar do seu partido na disposição de ACM em apoiar a CPI da Corrupção. Na revista *Isto É*, em 12/5/2001.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909
Vila Clementino - São Paulo-SP
CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Júnia Gouveia, José Maria de Almeida e Valério Arcary

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

Todos às ruas. Apagão neles!

A marmelada dos escândalos do Senado, a compra descarada por FHC dos picaretas do Congresso para abafar a CPI e, agora, o apagão que vem aí fez subir muitíssimo a temperatura das ruas.

Começaram a pipocar manifestações. Só na Bahia, com os estudantes à frente, já existiram três atos, um deles selvagemente reprimido, o que só aumentou a disposição de luta...levando no dia seguinte 20 mil nas portas da casa de ACM, exigindo cassação e CPI, já! Em inúmeras outras cidades os estudantes foram para as ruas. E tem manifestações marcadas nos dias 22, 23 e 24.

Mas desta vez, não são só os estudantes que estão se mexendo. Os metalúrgicos iniciaram paralisações esta semana contra o apagão e por CPI, já. Há disposição de luta, uma grande efervescência e indignação com o governo, com a bandalheira, com o apagão e ninguém está disposto a engolir flexibilização de direitos.

O enterro da CPI no Congresso, demonstrou, mais uma vez, que não se deve depositar nenhuma confiança nesse antro de picaretas, que só os trabalhadores e o povo nas ruas podem por fim a essa bandalheira e, inclusive, garantir alguma CPI.

Por isso é hora de ir para às ruas já, seguindo o exemplo dos estudantes da Bahia e dos metalúrgicos. Neste dia 18 haveria uma importante manifestação em São Paulo. O funcionalismo federal está em campanha e vai decidir no final de semana os próximos passos da luta. É decisivo seguir e jogar peso em todas essas mobilizações.

O Fórum Nacional de Lutas está chamando uma marcha dos cem mil para Brasília em 27 junho e passando um abaixo assinado pela CPI.

A melhor forma de preparar o dia 27 é buscar levar adiante as mobilizações nas cidades, nos locais de trabalho e estudo, já!

Nesse sentido tem muita importância a plenária do Movimento Fora FHC e o FMI, que se realizará em São Paulo no próximo dia 26.

Se trata de jogar pesado na mobilização pela base, construindo o calendário já marcado e também discutindo que outras iniciativas podem ser tomadas para alavancar a ação direta.

De outra parte, é preciso que estas manifestações pela CPI, já e contra o apagão, levantem a bandeira do Fora FHC e o FMI, a anulação das privatizações e reestatização das elétricas privatizadas e o não pagamento da dívida externa.

Todos às ruas. Apagão neles!

MOVIMENTO

Entidades convocam plenária pelo Fora FHC

Renato Benvenutti

Companheiros (as), entendemos que somente com o fim ou impedimento de que FHC continue a aplicação de sua política econômica, claramente subordinado ao FMI e seu plano de destruição dos países subdesenvolvidos será possível acabar com a crise política, ética e moral que passa nosso País. O ataque à soberania de nossa economia chega a níveis insuportáveis após longo período de privatizações e desmonte das políticas públicas e sociais. A crise energética e os "apagões" são as conseqüências naturais das privatizações. Depois de saquear o patrimônio público FHC e seu bando vão apagar as luzes do país.

O país assiste de forma atônita uma onda de denúncias de corrupção e a complacência do governo central que utiliza de manobras através de liberações de verbas públicas, com claro objetivo de impedir a averiguação das denúncias, que envolve várias áreas do poder central.

A denúncia da corrupção não pode parar na questão ética, é muito mais profundo: é o debate de modelo e projeto. Tem que ser colocada demonstrando que ela é parte do projeto que beneficia ao grande capital, responsável direto pelo saque a que está sendo submetido o país. É preciso discutir a Reforma Agrária, o não pagamento da dívida externa, o fim das privatizações, o salário mínimo do Dieese, defesa dos serviços públicos e o desemprego.

Entendemos que é hora de se levantar e dar um basta definitivo a essa situação. A omissão ou passividade com essa grave situação levará a um descrédito de nossas organizações diante dos trabalhadores. Nesse sentido não podemos simplesmente organizar mais um "evento para a mídia ver" insistimos na organização de um "Movimento" sob a bandeira do "Fora FHC e FMI" e com reivindicações do movimento sindical, popular e estudantil.

Mais uma vez precisamos pôr o povo na rua, debatendo e discutindo um projeto que acabe de forma definitiva com a miséria de nosso povo.

A plenária será no dia 26 de maio, sábado, às 9 horas da manhã no Sindicato dos Químicos de São Paulo, na rua Tamandaré 348, Liberdade.

Maiores informações e adesões na organização da Plenária: (0xx11)3112-0347

Assinam essa convocatória:

MST/SP, MMC/SP, ASS/SP, MTS, CSC, AE, CST

PIAUÍ

Educação está em greve

Gervásio,
de Teresina

Os trabalhadores em Educação no Estado do Piauí já estão paralisados há mais de uma semana. Em uma assembléia no dia 7 de maio, os trabalhadores em Educação decidiram paralisar suas atividades para irem em busca do cumprimento da decisão do STF, que garantiu à categoria o direito de receberem o salário mínimo (R$ 180) como vencimento básico. O que não vem sendo garantido pelo o governo do estado, Mão Santa (PMDB, PSDB e PCdoB).

Dentro da categoria o nível salarial é o seguinte: trabalhadores administrativos percebem algo em torno de R$ 19,85 como vencimento básico; professor de 40 horas, Classe E, percebe R$ 220; e professor, Classe E, percebe R$ 121.

O que equivale dizer que o governo paga o pior salário do país aos trabalhadores em Educação do Piauí.

Agora, o pior é que uma decisão judicial não é implementado por este governo. E o pior é que o próprio TJ, no Estado, não obriga o governo a acatar a decisão do STF.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (PI), Articulação e PCdoB, relutaram a todo custo tomar esta decisão de greve por tempo indeterminado.

Somente com a pressão da base e o trabalho de base do grupo "O Educador", movimento de oposição à direção do Sindicato, que a todo instante jogava boletim e mobilizava a categoria, pedindo a greve, é que essa direção vacilante decidiu encampar o movimento paredista.

Com uma força ainda somente na capital — o interior está paralisada parcialmente — o governo já começou a falar em "negociação". Porém sai com proposta de parcelamentos em 40, 20 e até 10 meses desses R$ 180. O que não agrada a categoria.

Com esse tipo de "negociação", podemos dizer que a greve ainda vai demorar e muito!

"Defendo uma reforma popular do Judiciário"

O Opinião Socialista ouviu o procurador da República Luiz Francisco de Sousa Santos durante o IV Congresso da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário Federal (Fenajufe), realizado entre os dias 26 e 30 de abril. O procurador respondeu a uma série de perguntas de delegados do Congresso e jornalistas sobre os mais diversos temas: situação política no país, corrupção, dívida externa, da sua situação dentro do Ministério Público, entre outros assuntos. Publicamos aqui os principais trechos dessa conversa.

Opinião Socialista — Como está a sua situação dentro do Ministério Público, o senhor tem recebido apoio dos colegas ou eles estão divididos após o episódio das fitas?

Luiz Francisco — A gente tem valorosos colegas no país inteiro. A maior parte dos procuradores, eu acho que dá para saber como pensam, principalmente, se observarmos suas posturas nos processos de escolha dos nossos representantes. É claro que temos muitos colegas mais progressistas. Na procuradoria o grupo minoritário e mais apagado intelectualmente é o grupo do Brindeiro.

O senhor acha que alguém pegou a lista e não tocou em nenhum voto dos senadores?

Luiz Francisco — Acho que a discussão não é em relação ao voto, mas a fraude do painel. O que temos que discutir é a quebra de sigilo e o que isso significa do ponto de vista da corrupção, acho que não houve alteração de voto, mas o que se queria era mecanismos de controle sobre os parlamentares, por isso o interesse em saber quem votou o que.

"Abin tem como plano espionar a atividade sindical e estudantil"

Qual a sua avaliação sobre a proposta do governo de controle externo sobre o Judiciário?

Luiz Francisco — Vocês tem que tomar cuidado com essa discussão. Eu gostaria de sugerir que quando vocês falarem em reformas, tentem utilizar termos que o governo não possa utilizar a seu favor. Por exemplo, ao invés de Reforma do Judiciário, temos que falar e defender uma Reforma Popular do Judiciário. Quanto ao controle externo acho que o único que deve haver é o feito pela sociedade. Digo isso porque, para o governo, o controle externo atrela tudo ao Palácio do Planalto e nos torna mais ainda em condições de colonizados, submissos e sem direitos.

O senhor propôs na sua explanação que fossem feitas moções contra a Abin (a Agência Brasileira de Informação). Por quê?

Luiz Francisco — Seria um grande serviço ao país. A Abin tem como seu plano nacional de formação, a própria revista Veja divulgou, espionar a atividade sindical e estudantil. Eles ficam o dia inteiro sem produzir nada, mas se infiltram e registram tudo sobre as organizações sindicais. Inclusive informações sobre coisas pessoais da vida dos sindicalistas, parlamentares, magistratura, motivo das coligações partidárias, posicionamentos políticos das lideranças religiosas, dos jornalistas. Enfim, é uma lista que não acaba. Eles se incubem, inclusive, de vigiar a movimentação dos grupos étnicos no Brasil, como os grupos afro-brasileiros e árabes mais aguerridos. Isso tudo nos foi, inclusive, confirmado por eles mesmos.

Ana Araújo

Luiz Francisco

Como um procurador da República, qual é a sua visão da situação atual do país?

Luiz Francisco – Em primeiro lugar, do jeito que está o mundo, ele só está bom para um bando de parasitas sociais; para um bando de grande proprietários. Enquanto isso, tem bilhões que passam fome, que vivem às vezes com uma renda mínima de 1 real por dia e a gente precisa observar esse grau de polarização social para entender o quanto o mundo está injusto, mal organizado e nós temos que combater essas estruturas. Essa compreensão é importante para que possamos ver o quanto a natureza bem organizada é produtiva, o quanto que o trabalho humano produz e o quanto que era só ajeitar as coisas. Ou seja, os trabalhadores lutarem, rebelarem-se da forma mais aguerrida, mais combativa possível, para a gente poder acabar com a miséria, com o analfabetismo. Acabar com coisas que só permanecem por conta da preponderância do capital monopolista, principalmente, multinacionais coligadas com latifúndios, quase todos produtos de grilagem, de falsificação de títulos, ou de favores de outros latifundiários.

Na nossa estrutura produtiva, o trabalhador é todo dia oprimido e espoliado de boa parte daquilo que produz, fica com o patrão. Ao mesmo tempo ele é espoliado pelos grandes monopólios que ainda têm a cara-de-pau e o cinismo de dizerem que têm mercado, quando quase todos os preços dos produtos são frutos dos acordos entre monopólios cartéis e trustes.

Qual é o peso que tem a corrupção nesse cenário?

Luiz Francisco — Se a corrupção no Brasil acabasse, ou diminuísse em grau acentuado, a condição de vida do trabalhador já melhoraria e muito. Mas também teríamos que acabar com o modo pelo qual se dá a rolagem da dívida pública, que garante nas aplicações em banco 16 ou 17% ao ano em lucro para o especulador, com intermediação dos banqueiros, e faz com que cerca de quase 70% do orçamento da República seja destinado à rolagem dessa dívida. Dívida que Fernando Henrique teve a proeza, o cinismo e a sandice de decuplicar. Essa dívida, em 1994, era de R$ 54 bilhões. Hoje, ela é de quase R$ 600 bilhões. Daqui a um ano ela será de quase R$ 800 bi e daqui a dois anos será de um trilhão. Apesar dela consumir quase 75% do orçamento da República, dizem que o país não tem dinheiro. Não há dinheiro para as perdas do servidor público, os 11,98%, os 75%, para aparelhar os locais de trabalho, garantir cursos de capacitação, investir em formas de combate ao LER, etc. Esse dinheiro que eles dizem que não tem é destinado para a rolagem da dívida pública.

"Os trabalhadores têm que acabar com o capital monopolista"

Já que o senhor falou sobre a dívida, qual é sua opinião sobre a dívida externa?

Luiz Francisco — Sem pagar a dívida externa e também a interna muitos países poderiam melhorar as condições de vida de sua população. Seria possível libertar países do mundo inteiro, principalmente da América Latina inteira e da África. Outra coisa é a sonegação tributária. A arrecadação tributária da União é de quase R$ 200 bilhões por ano, se a sonegação fosse combatida de forma incisiva a arrecadação poderia aumentar em mais de cem bilhões. Ou seja, com essas três coisas juntas (combate à corrupção, não pagamento das dívidas interna e externa e fim da sonegação tributária) sobraria uns R$ 200 bilhões que dariam tranqüilamente para acabar com o déficit habitacional, acabar com o analfabetismo, garantir cobertura vacinal, dar escola gratuita e de boa qualidade para todos. Isso sem mexer nas relações produtivas, sem mexer na opressão estrutural do trabalhador, que tem que ser mexida, evidente.

Governo arquiva CPI e gera indignação popular

Euclides de Agrela, da redação

No último dia 10 de Maio, Fernando Henrique conseguiu impedir a instalação no Congresso Nacional da CPI da Corrupção. Na seção extraordinária convocada para a leitura do requerimento para a convocação da CPI Mista da Câmara e do Senado, o governo apresentou 20 pedidos de cancelamento de assinaturas, o que reduziu o número de deputados federais que firmam o pedido do requerimento para 162, nove a menos do necessário.

A manobra para abafar a CPI da Corrupção foi comandada pessoalmente pelo próprio Fernando Henrique, envolveu vários ministros e farta distribuição de cargos e recursos. Francisco Dorneles, por exemplo, pediu licença do Ministério do Trabalho para retomar sua cadeira na Câmara dos Deputados. Além de mudar o voto pró-CPI do seu suplente, Alcione Athayde (PPB-RJ), teria "convencido" mais sete deputados a deixar de apoiar a CPI em troca de delegacias dos Trabalho. Da manobra teria participado também o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, que teria prometido acelerar obras nos Estados de deputados reconvertidos.

Segundo levantamento dos deputados Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) e João Paulo (PT-SP) foram liberados mais de R$ 60 milhões somente em recursos da Caixa Econômica Federal (CEF) para atender às emendas orçamentárias de senadores e deputados em apenas 5 dias. Para se ter uma idéia do que isso significa, nos primeiros quatro meses do ano as liberações somaram R$ 17 milhões! No mesmo dia, em apenas três horas e meia, mais de R$ 7 milhões foram distribuídos, apenas em programas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano! A maioria atendia a emendas de parlamentares. Foram 150 pedidos a um ritmo de R$ 50 mil por minuto.

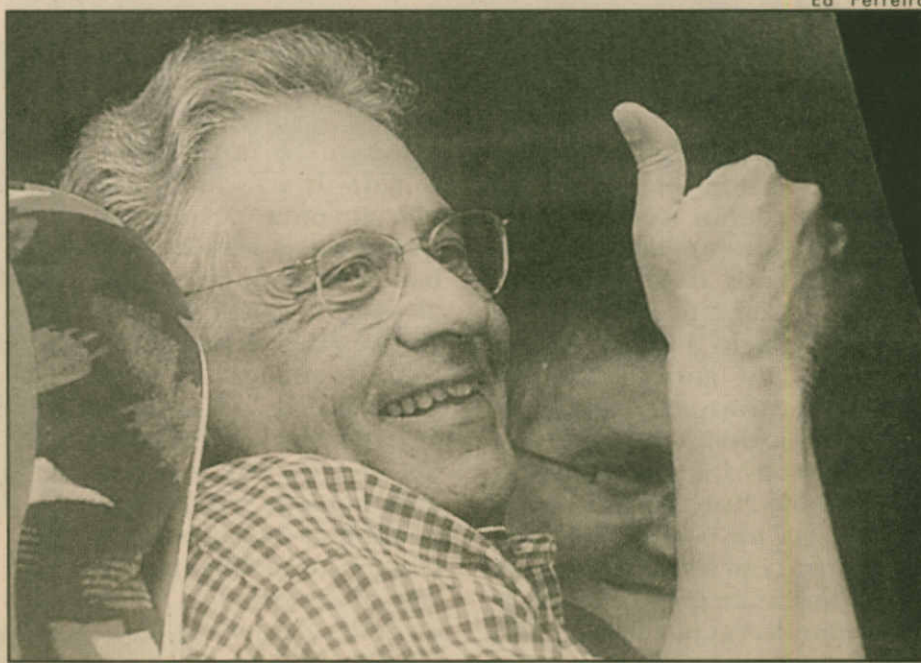
Para garantir toda a operação teria havido também uma trégua entre Jader Barbalho e Antônio Carlos Magalhães. Além de suspender agressões mútuas, Jader teria se comprometido a aliviar a pena que ACM sofrerá por causa da violação do painel eletrônico do Senado.

Enquanto isso, a CPI do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) aprova por 13 votos a 3 o relatório final do deputado Maurício Sá (PMDB-RN) que reduz de 531 para 53 o número de empresas acusadas de irregularidades. Entre as empresas que foram retiradas do relatório inicial estão, por exemplo, a Metais Seridó, que foi do ex-ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra e a Indústria de Alimentos Frutop, que pertence ao grupo empresarial do governador do Ceará, Tasso Jereissati.

Como se isso não bastasse, a Procuradoria Geral da República arquivou o processo contra Jader Barbalho pelo desvio de recursos do Banpará. Para completar o pacote de impunidades só está faltando agora ACM e Arruda escaparem da cassação. Quando fechávamos esta edição, as últimas notícias confirmavam que o relatório do senador Saturnino Braga (PSB-RJ) recomendava a abertura do processo de cassação de ACM e José Roberto Arruda.

Apesar de ter conseguido barrar a instalação da CPI da Corrupção, o governo FHC sai com a sua imagem completamente enlameada. A indignação dos trabalhadores e do povo com mais este escândalo de compra de votos no Congresso Nacional cobra um preço muito mais caro que os R$ 60 milhões gastos para abafar a CPI.

Mas FHC mal teve tempo de comemorar o enterro da CPI e abriu-se com muita força a crise do racionamento de energia elétrica. Para quem saiu chamuscado da operação abafa, o tamanho do problema que representa o "apagão" pode torrar de vez FHC diante dos trabalhadores e do povo, que já começam a se mobilizar.

Ed Ferreira

FHC: sinal positivo para a impunidade

Crescem manifestações contra o governo

Diante do enterro da CPI e do "apagão" os trabalhadores e estudantes não estão inertes. A indignação se transforma em ação e os movimentos operário e estudantil começam a entrar em cena, através de manifestações políticas e sindicais.

Em Salvador, já foram realizados quatro atos exigindo a cassação de ACM, Arruda, Jader e a CPI da Corrupção. O último deles, no dia 17, reuniu 20 mil pessoas e foi uma resposta ao ato dia anterior quando estudantes, professores, sindicalistas e dirigentes políticos foram duramente reprimidos pela polícia, que chegou inclusive a invadir o campus da Universidade Federal da Bahia. No início da próxima semana poderá ocorrer um novo ato em Salvador, de caráter nacional, contra a repressão violenta patrocinada pelo governador da Bahia, César Borges, cupincha de ACM.

Também no último dia 16, mais de 500 estudantes do Rio de Janeiro foram às ruas do Rio de Janeiro numa manifestação improvisada que terminou num ato político da sede da OAB.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José, São Paulo, no dia 14, atrasou a entrada dos turnos na GM, Phillips e em pelo menos 10 fábricas contra as demissões e a redução da jornada de trabalho com redução dos salários por causa do apagão.

Quando fechávamos esta edição fomos informados que a Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais atrasou a troca de turno da Mannesman e a partir desta quinta-feira, dia 17, começou a atrasar a troca de turnos de uma fábrica por dia.

Mesmo a arquipelega Força Sindical atrasou a entrada de cerca de 25 mil trabalhadores metalúrgicos na cidade de São Paulo, nesta terça-feira, dia 15. Na noite do mesmo dia a CUT reuniu mais de 500 pessoas numa manifestação que foi do prédio da Central até à Bolsa de Valores de São Paulo.

Para o dia 18, foi marcada uma manifestação de professores estaduais e trabalhadores de várias categorias na avenida Paulista para lembrar um ano do conflito com a polícia militar do governo Covas, ocorrido durante a greve dos professores e das universidades estaduais no ano 2000, exigir a CPI da Corrupção, denunciar o "apagão" e lançar suas campanhas salariais.

Estas manifestações possuem uma enorme importância e podem ser o rastilho de pólvora capaz de detonar grandes manifestações de massa.

Por isso é necessário fortalecer o calendário de mobilizações marcado para os próximos dias pelo Fórum Social de Lutas que culminará numa grande manifestação em Brasília no dia 27 de junho. Em todos os locais de trabalho, universidades e escolas podem e devem ser convocadas paralisações, atos e passeatas que reforcem esse calendário e sirvam para massificar a luta pela CPI Já e pelo Fora FHC e o FMI. (E.A.)

Calendário de Lutas

Data	Evento
22, 23 e 24 de maio	manifestações convocadas pela UBES e UNE em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.
31 de maio	Dia Nacional de Luta da Central dos Movimentos Populares.
Junho	Atos nas capitais organizados pelo Fórum Nacional de Lutas.
27 de Junho	Nova Marcha dos 100 mil à Brasília.

FMI e FHC vão apagar o Brasil

Mariúcha Fontana,
da redação

A partir de junho as cidades brasileiras poderão sofrer cortes de luz diariamente – por três, quatro ou até cinco horas – até pelo menos o final do ano, prazo que pode ser prorrogado entrando por 2002 a dentro.

O objetivo do racionamento é reduzir de 20 a 35% o consumo de energia no país.

Junto com isso, virá aumento das tarifas de energia, ou seja, todo mundo vai pagar mais para ficar no escuro.

O governo, perdido, a cada dia anuncia possibilidades de diferentes medidas: primeiro anunciou o apagão para junho, agora quer tentar adiar o blecaute para setembro, forçando a economia de energia com multas e/ou aumento das tarifas. Vários técnicos afirmam que será impossível evitar os apagões.

As consequências do racionamento não têm números precisos até o momento: para que se tenha uma idéia, avalia-se que em relação à economia esse racionamento de energia significará um abalo maior do que a crise financeira da Rússia, do México em 1994 ou mesmo se ocorrer uma quebra da Argentina.

De cara, estimativas da FGV dão conta de que sumiriam 850 mil empregos, a economia sofreria um tranco e se desaceleraria — agora falam em crescimento de 2,5% contra os 4,5% de antes —, a inflação vai aumentar – devido ao aumento das tarifas e à escassez de produtos.

Todos os analistas afirmam, que só em situações de guerra se viveu ou se vive o que ocorrerá no Brasil com os apagões. A vida das pessoas se tornará um inferno: bairros inteiros congestionados sem semáforos funcionando, elevadores e escadas rolantes paradas, eletrodomésticos sendo queimados aos montes, comida estragada ..., mais grave, hospitais sem energia própria com pacientes tendo que ficar no escuro, sem falar na questão da segurança.

Enfim, de volta ao século XIX, à luz de velas e lampiões, sem eletrodomésticos, banho só de canequinha.

Essa é a "modernidade" de FHC, Malan e o FMI: o país mergulhará nas trevas.

O incrível, é que o governo – nas palavras de FHC e Malan – "estão surpresos", "não tinham dimensão do problema" e, de quebra, disseram que a culpa é de Deus e dos governos anteriores.

Esse governo é muito cara de pau, ou então não governa, porque diz que assinou sem ler verbas pro Lalau, privatizou as distribuidoras mais lucrativas de energia e não sabia da situação do setor energético...

A verdade é que estes anos de FHC – dando continuidade ao projeto neoliberal de Collor e do Consenso de Washington – foi de profunda rapina do que existia de estatal e nacional no país e de entrega de bilhões para os banqueiros e multinacionais.

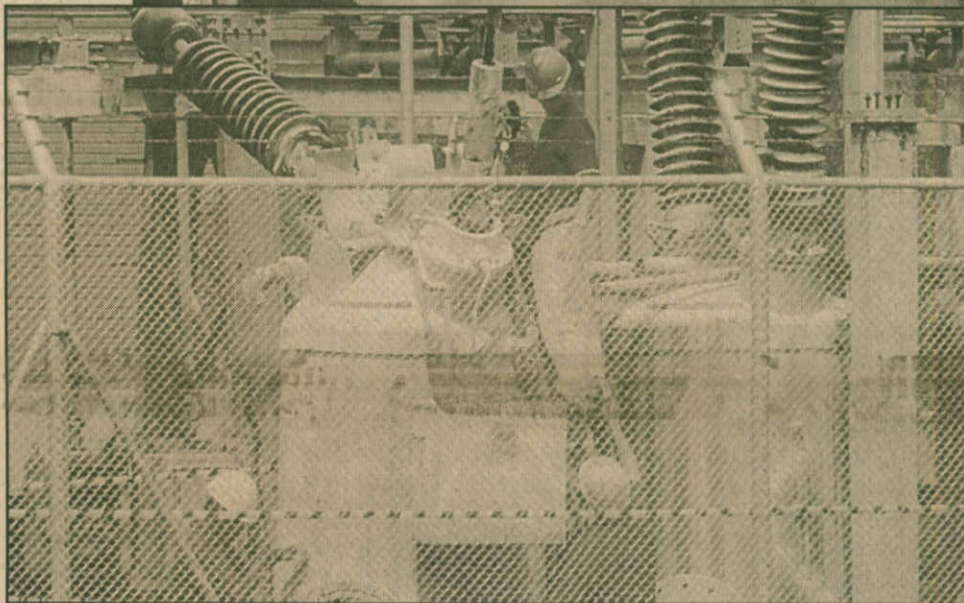
O país vai ficar no escuro em função das privatizações ocorridas e da utilização do dinheiro, que deveria ter sido investido em infra-estrutura, para o pagamento de juros aos banqueiros, como manda o acordo com o FMI. Inclusive, o dinheiro "arrecadado"com a venda das estatais do setor – US$ 20 bi — foram para o pagamento de parcelas da dívida pública.

O apagão tem tudo a ver com a dívida externa e com a política de privatização.

A política de privatização do setor elétrico fez disparar as tarifas, sobretudo para a população de baixa renda. Entre 1994 e 1999 esse setor da população arcou com um aumento de 321%. Para os demais, houve aumento de 90% nas tarifas. Aumentos estes, muito acima da inflação e, de quebra, não investiram um tostão no setor. De outra parte, o governo proibiu – por exigência do acordo que ele assinou com o FMI – as estatais do setor de investirem, para desviar a grana para o "superávit fiscal" que o FMI exige. Malan, por exemplo, vetou R$ 1 milhão para linhas de distribuição que trariam energia do norte para o Nordeste e Sudeste.

A principal medida contra o apagão é dar um Apagão Neles: botar Fora FHC e o FMI, não pagar a dívida externa e reestatizar – sem um tostão de indenização – as estatais privatizadas.

Marcia Gouthier

Alor Filho

Acima, o Ministro do Apagão, Pedro Parente e o Príncipe das Trevas. Ao lado, sub-estação de Furnas que o governo quer privatizar

O por quê da crise...	...o que acontecerá com o Brasil no escuro
Até 1989 investiam-se mais de R$ 20 bilhões em energia ao ano, depois do projeto neoliberal esse valor caiu para R$ 8 bi. Para o ano 2000 o Orçamento destinou apenas R$ 3 bilhões.	Segundo a FGV, se o racionamento for de 20% (cenário mais otimista, porque pode ter de ser de 35%) a economia vai encolher em mais de 1,5% o crescimento do PIB.
A privatização de 20% da geração e 70% da distribuição, garantiu aumentos de tarifas e lucros estratosféricos para as empresas privadas, sem qualquer exigência que elas investissem em geração de energia nova e nem em novas linhas de distribuição.	Em caso de 20% de reacionamento — sumirão 850 mil empregos, num corte maior pode passar de 1 milhão.
Para garantir o acordo com o FMI e o superávit fiscal do governo, Malan e cia proibiram as estatais ainda existentes de fazer investimentos, tanto em geração, como em distribuição.	A inflação vai subir e a vida cotidiana das pessoas se tornará um inferno com os apagões.
As privatizações e o pagamento das dívidas externa e interna deixaram o Brasil no escuro	A burguesia (industriais, banqueiros, comerciantes e governo) vão querer jogar o prejuízo nas costas dos trabalhadores, com demissões, rebaixamento de salários e flexibilização de direitos, além de novos cortes de investimentos nas áreas sociais para tentar compensar a queda da arrecadação do governo e também para tentar construir algumas usinas.

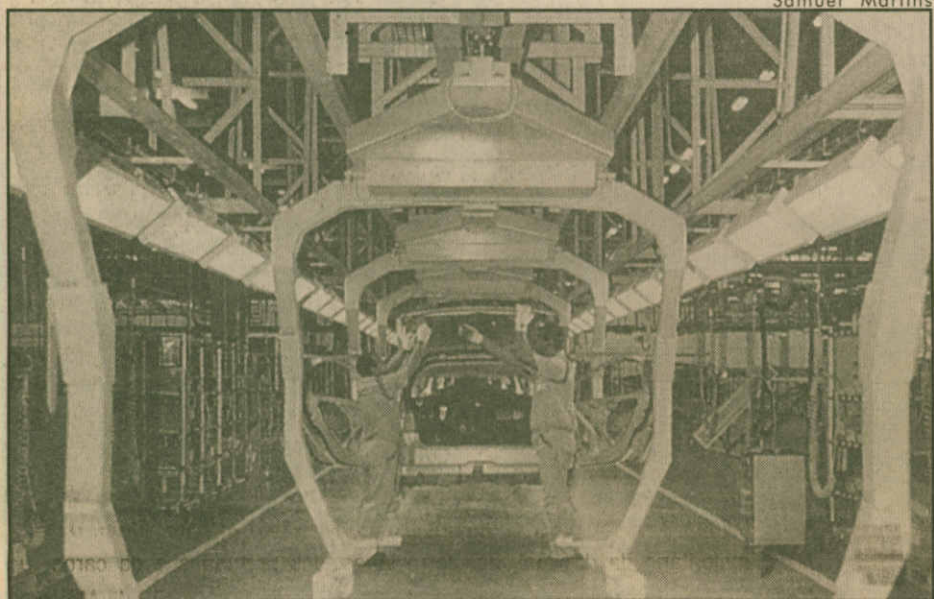
Trabalhadores é que vão pagar a conta

Sem dúvida, os apagões farão dar um salto na crise social, econômica e política. O governo, já fragilizado, com a corrupção explícita operada no abafa da CPI, terá contra si uma indignação de muitos watts a mais.

Inclusive, setores burgueses de peso estão irritadíssimos, afinal só a indústria consome 43% de toda a energia e depois de terem investido, terão que reduzir a produção. Segundo a revista *Época* – na Grande São Paulo – só 103 grandes indústrias podem ter energia garantida, outras 10 mil de médio porte e 700 mil de pequeno porte não conseguiriam "fugir"do apagão.

Então, aumentará as brigas entre os de cima. Mas, numa coisa eles estarão unidos: vão buscar jogar o grosso do "prejuízo" nas costas dos trabalhadores.

Primeiro, vão demitir. Depois, vão voltar em peso com os famigerados bancos de hora e redução de salários. Já começaram as pressões para diminuir o PLR devido aos metalúrgicos e muitas fábricas estão forçando horas-extras, elevando a jornada para mais de 45 horas semanais e um ritmo brutal de trabalho. Depois, vão repassar para os preços a diminuição da produção.

Por fim, a equipe econômica já declarou: vai cortar verbas do social, para remanejar para a construção de linhas de transmissão e novas usinas. Ou seja, piora dos serviços públicos e sociais. **(M.F.)**

Samuel Martins

Com apagão, patrões ameaçam demitir

Privatização é apagão

De 1900 até 1960, o setor de energia elétrica do país era basicamente privado e controlado por multinacionais – como a atual Light.

Tais empresas nunca investiram pesado em energia, pois os investimentos são caros e de retorno demorado. Resultado, em 1960 o governo de Juscelino Kubitschek – pró-imperialista até a medula – foi obrigado a colocar o Estado no setor, porque em 60 anos as empresas privadas instalaram apenas 3.500MW.

O Estado entrou e até 1995, com as estatais, a capacidade instalada foi para 60 mil MW. Ao mesmo tempo o preço da mesma era subsidiado, com tarifas cruzadas, que garantia a extensão da rede para lugares mais pobres.

Agora, FHC passou a entregar as estatais para a iniciativa privada de novo: as mesmas que não investem um tostão e só querem saber de lucros astronômicos.

As tarifas de luz no Brasil estão entre as mais caras do mundo, superior à França e Estados Unidos. A Light no Rio de Janeiro, por exemplo, cobra, em média, US$ 95 por megawatt/hora contra os US$ 75 cobrados em Paris, sendo que aqui a energia vem quase toda da água, matéria prima muito mais barata do que o uso de gás ou óleo combustível.

Tudo o que as empresas privadas querem é garantir sua taxa de lucros, para estas, inclusive, apagão dá lucro.**(M.F.)**

Metalúrgicos começam a lutar

Metalúrgicos de São José dos Campos, de Belo Horizonte e Contagem e de São Paulo, começaram a fazer assembléias e paralisações.

A exigência de estabilidade no emprego e de redução da jornada sem redução dos salários é uma luta que está na ordem do dia. Não é hora de aceitar flexibilização de direitos, acordos de bancos de hora e redução salarial.

A burguesia que pague pela crise, pois é ela que mantém FHC e Malan, quem concordou com o acordo do FMI e tem ganho bilhões com os péssimos salários que paga aos trabalhadores. (M.F.)

Renato Benvenutti

Manifestações de rua estão na ordem do dia

Uma alternativa dos trabalhadores para a crise

A escuridão que se aproxima e a corrupção explícita na compra de deputados para a abafar a CPI da corrupção, são demonstrações claras de que não devemos esperar 2002 e deixar esse governo e o projeto do FMI continuar entregando o país e esfolando os trabalhadores por mais um ano e sete meses.

É preciso uma alternativa dos trabalhadores para a crise e também para o racionamento.

Em primeiro lugar, o governo tem que garantir estabilidade no emprego. Não pode ser que os empresários demitam à rodo para garantir seus lucros astronômicos e os trabalhadores, além de ficarem sem luz acabem ficando sem emprego.

PT e CUT precisam defender reestatização e não pagamento da dívida

Por outro lado há que se reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários em todos os setores: indústrias, bancos, comércio, serviço público. Os trabalhadores não devem aceitar nem aumento de horas-extras, nem banco de horas, nem diminuição de direitos e salários. Chega!

Não devemos aceitar aumento de tarifas e menos ainda multas sobre os trabalhadores e a população. As empresas que cortem seus lucros, a começar pelas distribuidoras privadas.

Por fim, devemos exigir não só a suspensão do programa de privatizações (que tem na sua mira Furnas e a CESP), como exigir a reestatização das estatais que foram privatizadas, sem pagar um tostão para esses sanguessugas como a Light, ou como a empresa norte-americana que abocanhou a Eletropaulo metropolitana, que em média aumentaram 200% as tarifas. Elas têm lucros aqui que não teriam em qualquer lugar do mundo e não garantem o serviço público e nem investimentos.

Ao mesmo tempo, é preciso parar de pagar a dívida externa já, bem como a dívida interna aos grandes capitalistas. O governo diz que não tem R$ 11 bilhões, que é o que custaria uma nova Tucuruí, e que o dinheiro para construir algumas usinas para remediar a situação virá de cortes nas verbas sociais do Orçamento. No entanto, só de pagamento das dívidas externa e interna (custos, juros, parcelas) o governo paga mais de R$ 600 bilhões ao ano.

Iniciou-se um processo de lutas, atos promovidos pelos estudantes exigindo CPI, paralisações de operários metalúrgicos, contra o apagão... O Fórum Nacional de Lutas indicou um calendário de mobilizações.

É hora de todos arregaçarem as mangas para construirmos uma grande jornada de lutas, que, inclusive, acumule e abra caminho para uma greve geral, pela CPI e contra o apagão.

Mas é decisivo, que tais mobilizações além de exigir CPI, defendam também o Fora FHC e o FMI e além das reivindicações dos trabalhadores contra as consequências do apagão, é preciso apontar uma saída sob a ótica dos trabalhadores para a crise energética do país.

Nesse sentido, não defender a reestatização das elétricas privatizadas, bem como não exigir a ruptura do acordo com o FMI e o não pagamento da dívida externa é ser conivente com os cortes sociais que virão e com os lucros das multinacionais.

No caso da CUT, trata-se de botar essas bandeiras na rua, porque são decisões de Congresso da Central. Entretanto, João Felício, foi entregar em nome da CUT propostas para o ministro do apagão – Pedro Parente – e em tais propostas não constam o não pagamento da dívida externa. (M.F.)

A P A G Ã O FHC manipulou números sobre capacidade de energia do país

Os números não mentem. E quem fabrica os números?

Ponto de vista,
do site Oficina de Informações

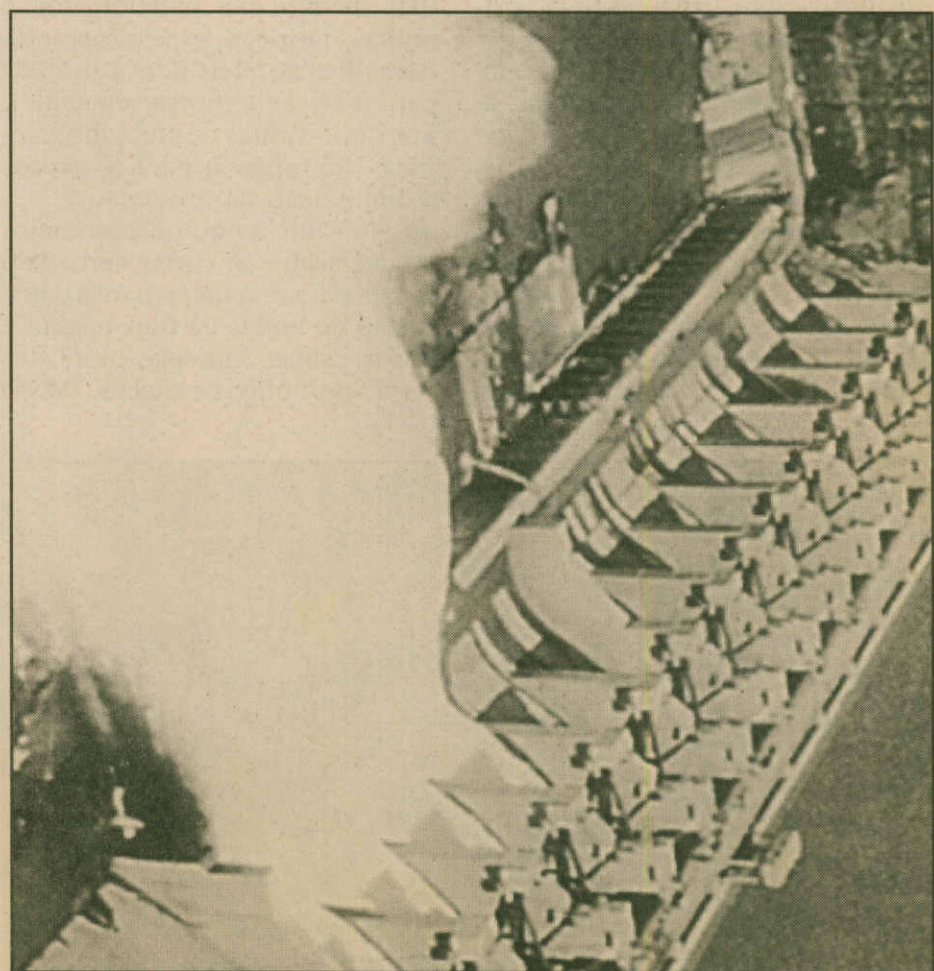
No seu pronunciamento no dia 7 de maio para anunciar que não mais adotaria multas para forçar a poupança de energia elétrica, o presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou vários gráficos e números para jogar a culpa da atual crise energética sobre os governos Collor e Itamar Franco que, segundo ele, teriam sido imprevidentes e deixado de fazer investimentos no setor.

No Rio de Janeiro, Roberto Pereira d'Araújo, presidente do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina), divulgou dados contestando os números apresentados pelo presidente. Em primeiro lugar, d'Araújo afirmou que o gráfico apresentado por FHC sobre a evolução do aumento da oferta de energia (que, aliás, já havia sido divulgado pela agência reguladora do setor, Aneel) está errado. A suposta capacidade instalada no período 1996-2000, que seria de 15.502 megawatts, inclui, segundo o presidente do Ilumina importações da Argentina e do Uruguai. São, de fato, capacidades instaladas, mas pertencentes àqueles dois países e não ao Brasil. Além disso, nem foram totalmente realizadas devido a limitações de transmissão.

No número divulgado por FHC, segundo d'Araújo, está incluído também um grave erro conceitual, que associa a capacidade instalada de 1000 megawatts à linha de transmissão que interliga os sistemas Norte-Sudeste. O erro está no fato de que linhas de transmissão não geram energia. O presidente confundiu "*aumento de capacidade*" com a capacidade de garantir determinada oferta de energia, que é apenas "*uma maleabilidade extra do sistema em alocar recursos hídricos*".

Avançando na demonstração de que Fernando Henrique manipulou os números para servir à tese de que teria recuperado os investimentos durante o seu governo, o Ilumina apresenta três gráficos, cujos dados foram baseados no sistema de estatísticas da Eletrobrás, comparando o aumento do consumo com o aumento da capacidade instalada. Essa comparação a Aneel deixou de fazer. O que esses gráficos mostram? Que a década de 80, mesmo com aumentos de consumo da ordem de 12% em um ano (1984), terminou com um déficit de apenas 6,5%. Não faltou energia porque o sistema brasileiro pode acumular água nos reservatórios das usinas durante anos.

Já a década de 90, mesmo tendo aumentos de consumo muito menores do que a década anterior, fechou com um déficit de capacidade de quase 10%. Por esses dados, afirma o Ilumina, "não dá para culpar o governo Itamar Franco". Em 1992, o déficit foi de mais ou menos 4,1% e, em 1993, de 5,2%. O problema começou, de fato, a partir de 1994, quando o presidente Fernando Henrique assumiu. O período 1995-1998 é o mais crítico da década, com déficits de 8,2%, 9,8%, 12,1% e 12,2%, respectivamente. A sorte de FHC é que nesse período choveu acima da média, e é por isso que não houve um problema maior até agora. A água acumulada nos reservatórios continuou a gerar energia, evitando os apagões.

No final de sua apresentação, o presidente do Ilumina chama a atenção para o fato de que tanto os números da Aneel, reproduzidos pelo presidente da República, como os seus próprios, estão impregnados de um erro conceitual grave. Pois o que deveria ser comparado com o consumo é a "energia garantida" (que mede a confiabilidade do sistema) das usinas e não a sua capacidade instalada.

Ocorre que essa medida, muito utilizada na década de 80, foi trocada pelo critério do mercado em que, segundo o Instituto, "a garantia é nenhuma". E hoje nem a Aneel nem o próprio Instituto conseguem fazer uma análise baseada no critério antigo.

Antes, o presidente Fernando Henrique e a sua equipe da área energética punham a culpa pelo atual déficit de energia elétrica na falta de chuvas. Como esse argumento foi desmoralizado pela demonstração de que a atual seca está longe de ser pior do que as dos períodos críticos 1968-1971 ou 1989 – quando o sistema agüentou bem o tranco —, ele agora tenta jogar a culpa em governos anteriores.

De maneira canhestra, diga-se de passagem, manipulando números.

C A M P A N H A

Solidariedade aos estudantes reprimidos em São Paulo

Euclides Agrela,
pela secretaria nacional da Juventude do PSTU

No dia 20 de abril, enquanto dezenas de milhares de manifestantes tomavam as ruas de Quebec para protestar contra a implementação da Alca, na avenida Paulista, em São Paulo, cerca de mil manifestantes, a maioria de estudantes secundaristas e universitários, era brutalmente espancada pela polícia do governador Geraldo Alckmin.

Cem jovens foram feridos por cassetadas, balas de borracha e estilhaços de bombas de gás. Cerca de setenta manifestantes foram presos. Há pelo menos seis indiciados criminalmente. Há denúncias de espancamentos dos presos nos camburões e delegacias e negligência por parte de ambulâncias e hospitais da região, que teriam sido orientados pelo policiais a não atender os feridos.

O único crime dos manifestantes foi sair em passeata, atravessar a avenida, passar em frente a Fiesp em direção ao Banco Central onde entregariam uma carta gigante (2 metros por 3 metros) contra a Alca. Quando a manifestação chegou em frente a Fiesp, um estudante tentou estender uma faixa enquanto o semáforo estava fechado: foi o suficiente para a polícia dar início às agressões. Depois, quando os estudantes saíram em passeata em direção ao Masp, foram novamente surpreendidos pela polícia que cercou e espancou todo mundo. A PM encurralou a multidão distribuindo cassetadas, chegando a ameaçar os manifestantes com armas em punho.

Grande parte da imprensa noticiou estes fatos como mais uma manifestação de "desordeiros". Um carta de repúdio assinada por professores universitários, políticos, artistas, jornalistas e intelectuais foi enviada a diversos órgãos de imprensa, mas não foi publicado por nenhum deles.

O DCE da USP junto com o Centro Acadêmico XI de Agosto e professores da Faculdade de Direito estão entrando com uma representação do Ministério Público, pedindo a investigação do caso.

A **Juventude do PSTU** solidariza–se com os companheiros feridos e presos na manifestação do dia 20 de abril e vem somar–se à campanha pela punição dos policiais agressores e pela suspensão de qualquer processo contra os estudantes indiciados.

DIADEMA *Prefeito baixa pacote que retira direitos*

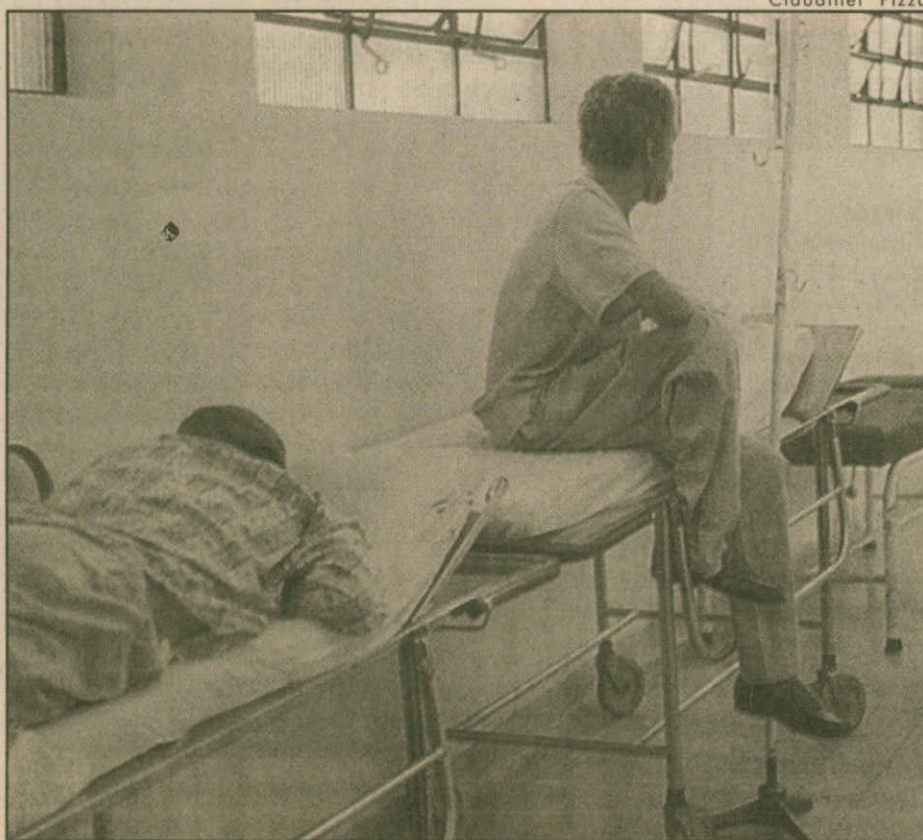
PT ataca trabalhadores para atender à LRF

Luciana Araujo,
da redação

A prefeitura de Diadema, no ABC Paulista, tem atuado de forma draconiana para transformar a cidade em modelo de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No início do mês de março o prefeito José de Filippi Júnior baixou um pacote que retira direitos básicos do funcionalismo público. Foram cortadas horas extras, o plano de saúde vai ser cortado em um terço, assim como os adicionais de periculosidade e insalubridade, auxílio alimentação e por aí vai. Também está sendo preparado um plano de demissões incentivadas.

Na reunião de negociação com o sindicato dos servidores realizada no último dia 16 de maio o vice-prefeito, Joel Fernandes, afirmou que os servidores *"podem esquecer qualquer possibilidade de aumento salarial e que virão medidas mais duras"*, porque é preciso reduzir os gastos com a folha de pagamento. Não bastasse aplicar a mesma política do governo FHC, agora a prefeitura parte para a ameaça direta aos servidores municipais. Na semana passada, já havia sido enviada uma carta do prefeito a todos os servidores que coloca, entre outras coisas, a *"exoneração dos servidores não estáveis"* como uma das medidas passíveis de serem adotadas para garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. *"Se isso não for suficiente, os servidores estáveis poderão ser demitidos e haverá redução da jornada e de salário"*, enfatiza a administração no documento.

Seguindo a risca o "modo petista de governar" do prefeito petista de Santo André (ABC), Celso Daniel, Filippi também está implantando em Diadema as chamadas *Frentes de Trabalho.* Ao invés de abrir concurso público, a prefeitura utiliza as frentes de trabalho para contratar trabalhadores precários e mal remunerados.

Claudinei Pizza

Pronto Socorro Municipal: falta de funcionários e medicamentos

Filippi tem reconhecido formalmente que a LRF foi feita por Fernando Henrique a mando do FMI, mas segue argumentando que tem que cumpri-la, senão vai preso. *"Parece piada um prefeito do PT fazer uma afirmação dessas. O PT governa 187 municípios e três estados. Se colocasse todas essa prefeituras em campanha chamando uma mobilização junto com a população contra a LRF e suas consequências seria possível até travar essa lei. Mas o prefeito optou pelo oposto"*, afirma o professor da rede municipal e membro da comissão de negociação dos servidores municipais, Marco Aurélio Duarte. Marco é militante do **PSTU** em Diadema.

Os servidores da área de Saúde são os que estão em pior situação. A falta de funcionários era remendada com as horas extras. Agora, Filippi não contrata ninguém e suspende horas extras. Há dias em que não existem médicos trabalhando. Com a queda no atendimento existe muita insatisfação na população, chegando mesmo a ameaça de morte contra servidores. Depois de uma servidora ter sido ameaçada de morte na Unidade Básica de Saúde do bairro Eldorado (periferia da cidade), médicos e funcionários realizaram nova manifestação. Dessa vez foram em passeata até a Secretaria de Saúde.

O secretário, Rodolpho Repullo, não recebeu os trabalhadores e ainda abriu processo administrativo contra alguns deles. Além disso, instaurou inquérito administrativo contra todos os servidores que participaram do protesto na Secretaria e no ato do sindicato. Entre os servidores processados está o médico Eduardo Almeida Neto, que também é militante do **PSTU**. *"É um completo absurdo. Uma prefeitura do PT que processa servidores que participam de um ato do seu sindicato, e ainda por cima processa também uma servidora ameaçada de morte"*, coloca Eduardo Almeida.

Servidores organizam manifestações

Indignados com o resultado das negociações com a prefeitura, os servidores preparam uma nova jornada de mobilizações como parte da campanha salarial e da defesa dos direitos. No último dia 26 de abril, o sindicato dos servidores municipais de Diadema organizou um ato em frente ao Paço Municipal em protesto contra o pacote do prefeito. No ato também foi criticado o fato de Filippi estar realizando reuniões quinzenais com a população, onde tem acusado os servidores públicos municipais de serem os principais responsáveis pelos problemas da cidade, devido ao *"alto custo da folha de pagamento"*.

O PSTU participou das duas últimas manifestações do funcionalismo municipal de Diadema e coloca todo o apoio às reivindicações. Propomos a criação de uma frente que uma os funcionários públicos, demais sindicatos e a população para lutar em defesa dos serviços públicos; abertura de concurso público, garantir o atendimento à população, reajustar os salários do funcionalismo, abrir as contas da prefeitura, organizar os conselhos populares e enfrentar FHC É preciso que a CUT e seus sindicatos, assim como a militância petista se coloque frontalmente contra a política que está sendo implementada pela prefeitura naquela cidade. (L.A.)

URGENTE

Sete presos políticos do MST em Goiás

Setor de Direitos Humanos,
do MST

Há 2 anos e meio que a Fazendo Santa Theresa, em Chapadão do Céu, estado de Goiás, foi ocupada por 140 famílias de trabalhadores rurais sem terra organizados pelo MST. Trata-se de uma fazendo cujas terras se tornaram improdutivas e está hipotecada há anos, e o acampamento tomou o nome de Raio de Sol.

No último dia 8 de maio, sem ordem judicial, as policias civil e militar e prenderam 38 trabalhadores rurais, todos homens, levando-os em ônibus — ao que tudo indica, fretado pelo proprietário da fazenda — para proceder a uma "identificação".

Os trabalhadores foram levados ao comando da polícia militar em Jataí, Goiás, distante 180 km do acampamento. Após a identificação", 32 trabalhadores foram liberados. Joaquim Domingos de Oliveira, Reinaldo Alves da Silva, Dorvalino Almeida de Oliveira Júnior, Jonas Lúcio da Silva, Ronan Oliveira de Amorim e Gilberto Gonçalves Kraemer foram detidos segundo o delegado, por "questões subjetivas". No dia seguinte, o trabalhador José Raimundo de Lima também foi preso.

Estes trabalhadores rurais estão presos sob a acusação de "dano" e "desobediência". Isto configura tais prisões como ilegais e inconstitucionais, com um claro caráter de perseguição política. Solicitamos a todos e todas que manifestem sua solidariedade aos trabalhadores e seu repúdio a tais arbitrariedades às autoridades constituídas:

Delegacia de Jataí, delegado Ailton Costa de Ligório, fax (0xx62) 631-1122

Fórum da Comarca de Jataí, Juiz João César Guaspari, fax (0xx62) 631-3617

Secretário de Segurança Pública, Sr. Demóstenes Xavier Torres, fax (0xx62) 265-1001

Governador Marconi Perillo, fax (0xx62) 223-7079

Ministério da Justiça, Sr. José Gregori, fax (0xx61) 321 1565, acs@mj.gov.br

Presidência da República, Sr. Fernando H. Cardoso, fax (0xx61) 411-2222, pr@planalto.gov.br

Dirigente não leva carta do Sindicato à empresa

Lula visita Embraer e elogia a privatização

Jocilene Chagas,
de São José dos Campos

"A Embraer é motivo de orgulho para nós". Esta frase foi dita sem nenhum constrangimento pelo presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, em visita a Embraer no dia 4 de maio. O objetivo da visita, segundo Lula, foi prestar solidariedade à empresa na briga comercial pela disputa do mercado de jatos regionais com a canadense Bombardier.

Acompanhado do diretor-presidente da Embraer, Maurício Botelho, Lula conheceu todas as instalações da empresa e não poupou elogios ao falar com a imprensa sobre o desempenho da Embraer. No entanto, a situação dos trabalhadores, que estão com os salários arrochados e que têm seus direitos constantemente ameaçados, não foi sequer citada.

A perseguição a dirigentes sindicais e a intransigência da empresa em negociar com o Sindicato também passou em branco. Ao falar sobre a empresa, Lula só destacou os aspectos positivos da participação no mercado internacional de aviões.

Nenhum representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos foi convidado a participar do encontro.

O diretor do Sindicato, demitido na última greve, Edmir da Silva, disse que ficou chocado com a posição de Lula. "*Fiquei sem saber o que falar para a peãozada. Pensei que fossemos acompanhar a visita, mas nossas questões não foram sequer levadas à diretoria*", ressaltou.

Desde que foi privatizada a Embraer adotou uma política de ataque aos direitos e organização dos trabalhadores. Das grandes empresas do Vale do Paraíba é a mais repressora e anti-democrática: persegue dirigentes sindicais (inclusive com demissão), pressiona os trabalhadores para que não participem das assembléias convocadas pelo Sindicato e monitora os passos dos funcionários com várias câmeras de vídeo instaladas na empresa.

Na campanha salarial dos metalúrgicos do ano passado a empresa tentou intimidar os trabalhadores, durante uma assembléia, convocando um forte aparato policial. Mas, mesmo assim, houve greve de 24 horas, com 100% da produção parada.

A militante do PT e diretora do Sindicato dos Metalúrgicos, Ana Paula Rosa de Simone também considera que a luta dos trabalhadores ficou mais difícil depois da privatização. "*As negociações de aumentos salariais com a empresa se transformaram em operações de guerra, com repressão violenta contra os trabalhadores, após esse processo*", disse.

O ex-presidente do Sindicato Antonio Ferreira, o Toninho, ressaltou que na Embraer todas as conquistas são obtidas aos trancos e barrancos. "*Aqui quem manda é a visão dos banqueiros. O Lula, que poderia ter sido nossa ponte, não foi*", criticou.

Lula falou também à imprensa que a Embraer é democrática, pois tem trabalhador no fundo de pensão. Ele só esqueceu de dizer que são 12 contra um representante dos trabalhadores.

O Sindicato entregou uma carta a Lula, antes da reunião do líder petista com a direção da empresa, relatando os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Lula disse que não teve tempo de ler a carta e que se fosse preciso, marcaria uma nova reunião para discutir o assunto com a Embraer.

Ou seja, nas quatro horas que passou na empresa Lula não falou nada em relação aos problemas e a situação dos trabalhadores da Embraer.

Lula com o diretor presidente da Embraer

Lula versus Lula

Fevereiro de 1994 (campanha contra a privatização)

"O governo federal vem promovendo a quebra da Embraer para depois vendê-la a preço de banana. A Embraer é uma empresa estratégica para o país e para o futuro da tecnologia nacional e merece mais respeito por parte do governo."

"O dinheiro que a Embraer está precisando é pouco diante do potencial de venda e recuperação da empresa. A privatização só vai ser barrada se os trabalhadores se mobilizarem e lutarem contra esse processo."

Maio de 2001

"O fato da Embraer ter sido privatizada diferentemente de outras empresas, foi importante. Aqui os fundos de pensões têm um peso importante, a diretoria tem um colégio de 13 pessoas."

"A Embraer é um motivo de orgulho para nós. Eu tinha vindo aqui fazer uma visita antes da privatização e é com muito orgulho que a gente vê que a Embraer se recupera de modo extraordinário e ocupa um espaço fantástico na aviação comercial."

MOVIMENTO

Congresso do IBGE defende CPI

Luciana Araújo,
da redação

Entre os dias 26 e 30 de abril aconteceu o 4º Congresso da Associação Nacional dos Servidores do IBGE (Assibge-SN), na cidade de Paraibuna, no Vale do Paraíba. Estiveram presentes ao Congresso 137 delegados e observadores dos 27 estados do país.

O congresso aprovou o fortalecimento da luta pela CPI da corrupção, contra o pagamento das dívidas interna e externa e contra a Alca. Além da construção de uma frente classista que defenda um programa de ruptura com o FMI.

Mais democracia na entidade

Os participantes do Congresso também aprovaram uma série de resoluções para fortalecer a democracia na entidade, como o aumento da representação no Congresso.

"A Assibge ficou por longos oito anos na mão dos setores mais ligados à Articulação Sindical. Durante esses anos houve uma desestruturação completa dos organismos de base. Nós, do bloco de esquerda da CUT (MTS, MLS, CST e petistas independentes), temos tido como trabalho central a reconstrução dos organismos de base. Participamos da greve do ano passado com muita dificuldade e estamos tentando construir o processo desse ano, contra a Articulação – que dirige a maioria dos núcleos do Rio", *afirmou Paulo Barela, membro da Executiva Nacional do sindicato e militante do PSTU e do MTS.*

Segundo Paulo, a oposição tentou dar um golpe no Congresso para enfraquecer a organização do sindicato: queriam dividir entre os núcleos regionais o dinheiro de um fundo que o sindicato tem reservado para o pagamento de custas de uma ação contra a Unimed-Rio e para a organização das lutas gerais da categoria. A medida deixaria mais de 50% do fundo para a oposição.

"A oposição foi omissa na proposição de políticas para organizar a categoria durante todo o congresso. As únicas propostas que defenderam foram: a divisão da entidade entre aposentados e ativos, com garantia de 10% da arrecadação, autonomia política e financeira. Na verdade seria a divisão entre aposentados e ativos. Essa proposta foi rechaçada em nome da unidade da categoria", *completou Paulo.*

Abril, Setembro, Abril...

Nesta edição de** Opinião Socialista **estamos reproduzindo artigo do jornal** El Chasqui, **do Movimento Socialista dos Trabalhadores, da Bolívia, de Jaime Vilela.

A revolta popular na Bolívia não é só dos "cocaleros" (plantadores de coca), da Coordenação de Água e de alguns setores isolados, como quer demonstrar o governo e alguns dirigentes traidores. O governo e suas instituições estão feridos de morte. A maioria da população opina que não é possível agüentar mais. A insatisfação é generalizada em todo o país. Estamos a um passo da queda do governo.

A insatisfação vem desde o ano passado. O governo ficou debilitado pelas jornadas de abril e setembro quando a base mostrou sua vontade, capacidade e disposição de luta. Porém, como sempre, houve vacilação e traição das direções: a direção da COB – Central Operária Boliviana, representada na Intersindical por Figueroa, Felipe Quispe e Núñez dos professores rurais: desarticularam a mobilização unitária, apoiando um acordo traidor que salvou o governo da queda. Além disso, isolaram o sindicalismo combativo dos *cocaleros* do Trópico de Cochabamba, fazendo o jogo do governo que quer a sua destruição.

A crise se aprofunda mês a mês: há recessão no país (menos de 1% de crescimento econômico), que se agrava com a crise internacional, como as da Argentina e no Brasil. Os burgueses lutam desesperadamente para arrancar os poucos recursos estatais que sobraram. A Confederação de Empresários "chantagearam" o governo anunciando uma "greve empresarial", e assim conseguiram subsídios no valor de 300 milhões de dólares. A burguesia está dividida. O MNR pede a renúncia do presidente Hugo Banzer.

A miséria no campo está crescendo, o que é uma bomba relógio. Apesar da crise de sua organização sindical, o movimento camponês tem mantido a pressão sobre o governo. O Congresso Sindical Camponês de Oruro demonstrou que segue sendo a liderança dos cocaleros dos trópicos e a direção política do Instrumento Político. Apesar das comemorações pela erradicação da coca no Trópico de Cochabamba, o governo tem que aceitar perante os organismos internacionais que ainda existe coca no Chapare, além de não conseguir eliminar os conflitos com o Exército na região.

Nas cidades também cresce o descontentamento. Apesar de lento, está entrando na luta o movimento operário, como por exemplo, a mobilização dos funcionários da Casa Nacional de Saúde, que fizeram uma greve nacional, dirigida pela COB, contra a privatização do seguro social em curto prazo. Os sindicalistas têm realizado numerosas marchas, e os Comitês Cívicos greves vitoriosas. Os pequenos proprietários estão nas ruas.

A conquista de 850 pesos bolivianos de aumento pela passeata dos aposentados, fez com que o nível de consciência da classe trabalhadora desse um salto. Vários setores pedem que o salário mínimo nacional seja de 850 bolivianos.

Em Cochabamba se organiza a Coordenação Única Nacional – Comunal – que se transformou em um novo pólo de direção das passeatas. A partir de 9 de abril, saíram várias marchas de Cochabamba, Yungas e Potosí até La Paz, reivindicando entre outras coisas a anulação das privatizações. O presidente Banzer saiu do país por duas semanas, dizendo que as mobilizações pediam o impossível...

Reuters

Barricada em Cochabamba, abril do ano passado

O governo tem aliados, mas não tem saída...

Diante desta situação crítica, o governo conta com o respaldo da Embaixada Americana e dos países europeus que enviaram fundos suplementares para a "luta contra o narcotráfico". Todos estão tentando salvar um governo que se afunda a cada dia. A Igreja também o apóia, ao chamar a reconciliação.

Ao não conseguir responder as reivindicações do povo, a única coisa que resta ao governo é reprimir. Prova disso, é que os militares, com as arbitrariedades de sempre, reprimem as passeatas.

O governo tenta encontrar uma saída para a crise através das "trocas políticas": Fortún deixou a Coordenação dos Partidos (CPC) e foi substituído pelo vice-presidente Tuto Quiroga. Banzer gostaria de negociar com o MNR, mas até a data da reunião fracassou.

Uma só saída: Fora Banzer!

No ano passado, as massas deram um basta a Banzer. O bloqueio nacional das rodovias que paralisou o país por três semanas, questionou o poder político do governo. Um governo impotente que pretendia desbloquear as estradas usando seu exército, polícia e tanques, mesmo que para isso fizesse vítimas. Banzer ficou à beira do abismo, porém, não se conseguiu derrubá-lo pela traição das direções do movimento de massas.

Este ano, não podemos dar nenhuma chance ao governo: unidade de todos os trabalhadores, unidade em torno dos que lutam e respeitam as decisões da base para derrotar o governo. Fora Banzer!

Para derrotar o atual governo, precisamos ter propostas alternativas e saber defendê-las, sem retroceder até consegui-las:

— Unificação de todas as lutas nacionais, encabeçada pelos manifestantes;

— Nenhum acordo setorial que permitem a burguesia isolar e derrotar cada luta;

— Salário mínimo nacional de 850 bolívares;

— Pela desmilitarização das zonas produtivas de coca e fim da Lei 1008;

— Contra a privatização da terra, reformulação da Lei INRA;

— Aprovação imediata do regulamento sobre a água potável proposto pela Coordenação;

— Em defesa do emprego, pela Lei de estabilidade e pela criação de frentes de trabalho pelo Estado;

— Em defesa da educação e da saúde públicas e gratuitas;

— Não ao acordo da Alca;

— Não ao pagamento da dívida externa;

— Fora Banzer e fora o FMI;

— Por um governo dos trabalhadores do campo e da cidade;

— Todo poder às organizações operárias, camponesas e populares.

Operários contra a Alca

Em passeata realizada no dia 20 de abril e convocada pela direção da Federação de Operários de La Paz, 2.500 operários e mais centenas de trabalhadores dos Correios, deram seu repúdio à Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Há algumas semanas, a direção dos operários de La Paz vinha realizando uma campanha para mostrar aos trabalhadores as implicações do acordo da Alca.

Apesar dos governos não explicarem as conseqüências deste acordo, os operários de La Paz estão lutando contra ele na Bolívia. Estas mobilizações se realizaram em muitos lugares do continente no mesmo dia, embora não tenham tido uma coordenação centralizada. É necessário contatar os trabalhadores de outros países para resistirmos juntos contra a Alca e contra aqueles que têm destruído o nosso planeta. (J.V.)

Manifestação pediu cassação e repudiou repressão policial

20 mil saem às ruas em Salvador contra ACM

No último dia 17, cerca de 20 mil pessoas saíram às ruas de centro de Salvador para pedir a cassação de ACM e CPI. A manifestação foi também uma resposta imediata à truculenta repressão da Tropa de Choque da Polícia Militar da Bahia que dispersou um dia antes uma manifestação de estudantes, professores, militantes do MST, sindicalistas e dirigentes políticos da oposição.

No dia da repressão – o campus da Universidade Federal da Bahia (Ufba) foi invadido pelos policiais.

Nem mesmo durante o período da ditadura o campus da Universidade sofreu tamanho ataque. Foram mais de cinco horas de enfrentamento entre policiais armados e estudantes. Mas a violência usada pela PM não fez os estudantes recuarem. Durante a madrugada do dia 16 foi realizada uma vigília no campus da Ufba.

Cerca de três mil pessoas participavam da manifestação unificada quando os policiais invadiram os prédios das faculdades de Direito, Ciências da Saúde, Educação e Medicina da Ufba, atirando bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral. O segundo enfrentamento da polícia de ACM a estudantes e trabalhadores no estado deixou um saldo de mais de 30 feridos. Somado ao resultado da semana passada, já passam de 50 as vítimas de agressões da tropa de repressão carlista.

O comando da PM não acatou sequer uma liminar da Justiça Federal que pedia a desocupação do campus pela Tropa de Choque.

Seis menores de idade e o vereador petista Celso Cotrim, foram atingidos por estilhaços de bombas. A estudante secundarista Elaine Cerqueira, 18, teve fratura exposta no dedo de uma das mãos.

Na semana anterior a PM de Antônio Carlos Magalhães já havia agredido centenas de estudantes que seguiam em passeata pelo Bairro do Graça, área nobre de Salvador onde mora o senador. Cerca de 3 mil ativistas participavam do ato. O major Castro agrediu uma estudante, dando início ao tumulto que feriu 25 pessoas. Outros seis estudantes foram presos.

A operação abafa do governo para derrubar a CPI da corrupção e a morosidade na decisão da Comissão de Ética do Senado em cassar ACM e o ex-líder do governo, José Roberto Arruda (ex-PSDB/DF) estão gerando manifestações em vários pontos do país.

Além da Bahia, onde tem sido realizados atos quase cotidianos, no Rio também houve manifestação no dia 16 exigindo a cassação dos parlamentares corruptos. Estudantes das Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, da PUC-RJ e secundaristas fizeram manifestação no Centro da cidade. Em São Paulo também estavam programadas manifestações convocadas pela UNE e UBES, junto com a CUT e sindicatos, pela CPI, a cassação de ACM e Arruda e contra o apagão.

Fotos: A Tarde

Acima, manifestação na Unversidade, abaixo, estudante ferido após invasão da tropa de choque da PM

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5084.2982 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): Pça Promotor Marques Guimarães, 66 A, cjto. Augusto Franco - Bairro Fonolândia - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F.(14) 223.2219 - bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG):
- Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br

Brasília (DF): EQS 414/415 - LT 1 - Bl. A - Loja 166- F. (61) 346.4926 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - F. (19) 3235.2867- campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br - F. (11) 4051-2800

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (PB): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): R. Coronel José Bernardo, 938 - F. (84) 201.1558, Alecrim.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/ 304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1° andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Rio de Janeiro, Zona Oeste (RJ): Estrada de Monteiro, 538 - Casa 02 - Campo Grande - RJ

Santa Maria (RS): F. (55) 9999.5017 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos (11) 4427-4391 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Paraíso: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 572.5416
- Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail é: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet é: www.pstu.org.br